

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

# Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2013

# ÍNDICE

Relatório do Auditor Independente	4-5
Balanço	6
Demonstração dos resultados	7
Demonstração de Fluxos de Caixa	8
Demonstração das variações no Capital Próprio	9
Notas às Demonstrações Financeiras	10-40





CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticais)

## Relatório do Auditor Independente

Aos Accionistas da

### **CFM – PORTOS E CAMINHOS-DE-FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.**

Relatório sobre as demonstrações financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas dos **CFM – PORTOS E CAMINHOS-DE FERRO-DE-MOÇAMBIQUE E.P.**, que compreendem o balanço relativo a 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de activo de milhares 40.764.353 de Meticais e um total de capital próprio de 26.992.028 milhares de Meticais, incluindo um resultado líquido de 1.672.227 milhares de Meticais), a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa referentes ao ano então findo, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

#### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui ainda a concepção, implementação e manu-

tenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

#### **Responsabilidades do auditor**

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

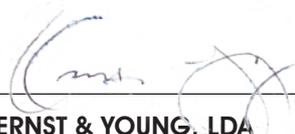
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno re-

levante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira dos CFM – **PORTOS E CAMINHOS-DE-FERRO DE MOÇAMBIQUE E.P.**, em 31 de Dezembro de 2013, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.



---

**ERNST & YOUNG, LDA**  
Maputo, 2 de Junho de 2014

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Balanço a 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Notas	31-Dez-2013	31-Dez-2012
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos tangíveis	5	24,131,414	17.197.009
Activos tangíveis de investimento	6	8,601,038	11.858.837
Activos financeiros detidos até à maturidade	7	56,600	56.600
Activos financeiros disponíveis para venda	8	206,494	206.495
Activos por impostos diferidos	29	87,759	86.317
		<u>33,083,305</u>	<u>29.405.258</u>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	9	375,177	301.325
Clientes	10	1,489,793	1.312.329
Outros activos financeiros	11	207,765	786.707
Outros activos correntes	12	1,350,280	823.613
Caixa e bancos	13	4,258,032	5.318.376
		<u>7,681,048</u>	<u>8.542.350</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b><u>40,764,353</u></b>	<b><u>37.947.608</u></b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	14	1,242,981	1.242.981
Reservas	14	3,093,422	2.052.569
Resultados transitados	14	20,983,398	20.943.891
Resultado líquido do exercício		1,672,227	1.387.803
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<u>26,992,028</u>	<u>25.627.244</u>
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	34,540	26.447
Empréstimos obtidos	16	4,368,395	3.576.267
Outros passivos financeiros	18	6,018,255	6.019.285
Passivos por impostos diferidos	29	32,379	20.652
		<u>10,453,569</u>	<u>9.642.650</u>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	209,235	146.044
Empréstimos obtidos	16	-	3.952
Outros passivos financeiros	18	1,006,632	384.844
Outros passivos correntes	19	2,102,889	2.142.872
		<u>3,318,756</u>	<u>2.677.712</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u>13,772,325</u>	<u>12.320.362</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b><u>40,764,353</u></b>	<b><u>37.947.608</u></b>

O Técnico de Contas



A Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

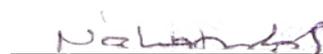
Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 E 2012

	Notas	2013	2012
Vendas de bens e prestação de serviços	20	5,902,304	5,261,659
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	21	(164,657)	(125,162)
<b>Margem bruta</b>		<b>5,737,647</b>	<b>5,136,497</b>
Investimentos realizados pela própria empresa	22	273,812	133,005
Rendimentos suplementares	23	2,096,686	1,255,284
Gastos com pessoal	24	(2,122,744)	(1,650,054)
Fornecimento e serviços de terceiros	25	(2,480,325)	(2,293,409)
Depreciações	5,6	(1,368,746)	(992,413)
Provisões	15	(8,093)	-
Imparidade	8, 9,10	(18,794)	(499,190)
Reversões do período de perdas por imparidade	9,10	821	3,032
Outros ganhos e perdas operacionais	26	(233,491)	38,984
		<b>1,876,773</b>	<b>1,131,736</b>
Rendimentos financeiros	27	999,372	1,127,581
Gastos financeiros	28	(394,199)	(346,312)
<b>Resultado antes do imposto</b>		<b>2,481,946</b>	<b>1,913,005</b>
Imposto sobre o rendimento	29	(809,719)	(525,202)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>1,672,227</b>	<b>1,387,803</b>

O Técnico de Contas



A Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

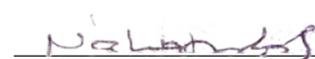
Demonstração de Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	1,672,227	1,387,803
<u>Ajustamentos ao resultado relativo a:</u>		
Depreciações	1,368,746	693,538
Aumento/(redução) de provisões	8,093	-
(Aumento)/redução de inventários	(73,852)	(39,772)
(Aumento)/redução de clientes e outros activos financeiros	401,478	(596,756)
(Aumento)/redução de outros activos correntes	(526,667)	(38,302)
Aumento/(redução) de fornecedores e outros passivos financeiros	683,949	6,225,571
Aumento/(redução) de outros passivos correntes e não correntes	(28,256)	709,271
<i>Caixa líquida gerada/(usada) pelas actividades operacionais</i>	<u>3,505,718</u>	<u>8,341,353</u>
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento</b>		
<u>Ajustamentos ao resultado relativo a:</u>		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis e tangíveis de investimento	(5,046,794)	(8,113,135)
Investimentos financeiros	-	-
Juros e rendimentos similares	233,781	200,551
<i>Caixa líquida gerada/(usada) pelas actividades de investimento</i>	<u>(4,813,013)</u>	<u>(7,912,584)</u>
<b>Fluxo de caixa das actividades de financiamento</b>		
<u>Ajustamentos ao resultado relativo a:</u>		
Empréstimos obtidos	634,864	1,087,662
Dividendos pagos	(309,625)	-
Juros e gastos similares	(80,469)	(23,930)
Outros ajustamentos	2,182	(151,331)
<i>Caixa líquida gerada/(usada) pelas actividades de financiamento</i>	<u>246,952</u>	<u>1,063,732</u>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(1,060,343)</u>	<u>1,341,170</u>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>5,318,374</u>	<u>3,977,206</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<u>4,258,032</u>	<u>5,318,376</u>

O Técnico de Contas



A Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

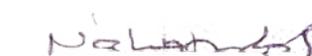
Demonstração das variações no Capital Próprio para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 2012

	Capital social	Reservas legais	Reserva para investimento	Fundo social dos trabalhadores	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo no início de 2012	1,242,981	78,811	1,118,267	65,255	20,872,335	1,013,123	24,390,772
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	50,656	638,268	101,312	222,887	(1,013,123)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos ao Resultado	-	-	-	-	(151,331)	-	(151,331)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1,387,804	1,387,804
<b>Saldo no fim de 2012</b>	<b>1,242,981</b>	<b>129,467</b>	<b>1,756,535</b>	<b>166,567</b>	<b>20,943,891</b>	<b>1,387,804</b>	<b>25,627,245</b>
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	69,390	971,463	-	346,951	(1,387,804)	-
Dividendos	-	-	-	-	(309,625)	-	(309,625)
Ajustamentos ao Resultado	-	-	-	-	2,181	-	2,181
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1,672,227	1,672,227
<b>Saldo no fim de 2013</b>	<b>1,242,981</b>	<b>198,857</b>	<b>2,727,998</b>	<b>166,567</b>	<b>20,983,398</b>	<b>1,672,227</b>	<b>26,992,028</b>

O Técnico de Contas



A Administração



Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

### Notas às Demonstrações Financeiras

1. Bases de preparação	16. Empréstimos obtidos
2. Principais políticas contabilísticas	17. Fornecedores
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	18. Outros passivos financeiros
4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros	19. Outros passivos correntes
5. Activos tangíveis	20. Vendas de bens e prestações de serviços
6. Activos tangíveis de investimento	21. Custo dos inventários
7. Activos financeiros detidos até a maturidade	22. Investimentos para a própria empresa
8. Activos financeiros disponíveis para venda	23. Rendimentos suplementares
9. Inventários	24. Gastos com pessoal
10. Clientes	25. Fornecimentos e serviços de terceiros
11. Outros activos financeiros	26. Outros ganhos e perdas operacionais
12. Outros activos correntes	27. Rendimentos financeiros
13. Caixa e bancos	28. Gastos financeiros
14. Capital próprio	29. Impostos sobre o rendimento
15. Provisões	



  
MOZAMBIQUE PORTS AND RAILWAYS  
PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.

S.V.O.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
*(Montantes expressos em milhares de Meticais)*

## Sobre a Empresa

Os CFM – Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, E.P (CFM) foram inicialmente uma Empresa Estatal, tutelada pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, constituída através do Decreto nº 6/89 de 11 de Maio, mantendo a sua sede em Maputo embora com presença efectiva em grande parte do território nacional.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1995, e ao abrigo do Decreto nº 40/94, de 18 de Setembro, a Empresa Estatal foi transformada em empresa pública, passando a ter a designação de PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E. P. (CFM). O capital estatutário estabelecido pelo decreto supracitado, foi de 1.242.981 milhares de Meticais.

A Empresa tem como objecto principal, o serviço público de transporte ferroviário de passageiros e de mercadorias em território Moçambicano com carácter regular e não regular, para além do manuseamento de mercadorias nos Portos.

O capital social ascende a 1.242.981 milhares de meticais, integralmente subscrito e realizado pelo Estado Moçambicano, que assim se constitui na casa mãe dos CFM.

### ***Participação privada na gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique***

Têm vindo a ser implementados um conjunto de acções no âmbito do Projecto de Reestruturação do sector ferro-portuário em Moçambique, o qual inclui a cedência ao sector privado da gestão e exploração em regime de concessão, dos sistemas ferro-portuários do País.

Na concepção original do programa de concessões, exceptuavam-se deste esquema de envolvimento do sector privado, as actividades consideradas de índole estratégica ou que não requerem grande tecnologia de operação e gestão, como por exemplo os Terminais de Combustíveis (e de outros líquidos a granel) em todos os portos internacionais, o terminal de cereais do porto de Maputo. Estas unidades foram transformadas em centros de resultados específicos e devidamente capacitados para gerir o negócio com eficiência.

### **Infra-estruturas sob gestão directa dos CFM:**

- ▶ A Linha Férrea de Ressano Garcia;
- ▶ A Linha Férrea do Limpopo;
- ▶ A Linha Férrea de Goba;
- ▶ Sistema Ferroviário da Beira (que inclui a linha de Sena, Machipanda e ramal de Marromeu)
- ▶ A secção comum às 3 linhas da rede sul e zona de Manobras de Maputo;
- ▶ As Oficinas Gerais (CFM-Sul);
- ▶ O Terminal de Alumínio da Matola;
- ▶ Os Terminais de Combustíveis (em todos os portos nacionais);
- ▶ O Terminal de Cereais do Porto de Maputo;
- ▶ O Porto de Pemba; e
- ▶ As demais infra-estruturas e instalações não incluídas nas concessões outorgadas.

Actualmente, as empresas já criadas para a exploração em regime de concessão ou subconcessão de terminais específicos e de outras infra-estruturas, com envolvimento de parceiros do sector privado, são as seguintes:

#### **Na zona Sul:**

- ▶ Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC), que tem a concessão de exploração do Porto de Maputo e que absorveu as concessões e subconcessões de terminais específicos anteriormente cedidos pelo CFM, nomeadamente:
  - DP Word, S A – (exploração da terminal de contentores);
  - MPT – Maputo Produce Terminal (exploração da terminal de frutas);
  - STAM – Sociedade Terminal de Açúcar de Maputo (exploração da terminal do açúcar);
  - TCM – Terminal de Carvão da Matola – (exploração do terminal de carvão da Matola); e
- ▶ Terminal de Cabotagem de Maputo, SARL (TCM) que tem a concessão de exploração do Terminal de Cabotagem de Maputo.
- ▶ STM – Sociedade de Terminais de Moçambique, que tem a concessão para exploração da terminal ferroviário das Mahotas.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

#### **Na zona Centro:**

- ▶ CdM – Cornelder de Moçambique SARL, que tem a concessão para exploração dos terminais de carga geral e de contentores e propósitos múltiplos do Porto da Beira;
- ▶ CQ – Cornelder Quelimane, SARL, que tem a concessão do Porto de Quelimane;
- ▶ BGT – Beira Grain Terminal, com quem se firmou contrato de concessão do Terminal de Cereais da Beira.

#### **Na zona Norte:**

- ▶ CDN – Corredor de Desenvolvimento do Norte, com quem se firmou o contrato de concessão para a exploração do sistema ferroviário do Norte e do Porto de Nacala.
- ▶ Kenmare Moma Processing (Mauritius) Limited (Mozambique Branch), que possui a concessão para a concepção, construção e exploração de um Cais (Jetty) a ser construído na costa da província de Nampula, próximo das minas de exploração de areias pesadas de Moma.

CEAR – Central East Africa Railways (no Malawi): não obstante esta concessão não se localizar no território nacional, os CFM ganharam o concurso internacional de concessão de exploração dos Caminhos de Ferro do Malawi, em associação com o parceiro privado da concessão do Corredor do Norte – a Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (SDCN) – tendo sido constituída a empresa concessionária CEAR e firmado com o Governo do Malawi o contrato de concessão da exploração daquele caminho de ferro.

### **1. Bases de preparação**

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2013, foram preparadas em conformidade com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade. Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira dos CFM com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, sendo apresentadas em milhares de Meticais, arredondados ao milhar mais próximo.

Refira-se que estas são as demonstrações financeiras individuais dos CFM, sendo que a empresa se encontra obrigada à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas que incluam as suas subsidiárias e associadas (Nota 8).

As presentes Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida a 23 de Julho de 2014

## 2. Principais políticas contabilísticas

### a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelos CFM nas suas operações e preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram os seguintes:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Compra	Venda	Compra	Venda
Dólar Norte-Americano	29.65	30.24	28.60	29.17
Rands Sul-Africanos	2.84	2.90	3.41	3.48
Euros	41.12	41.94	37.80	38.56

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

## b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelos CFM no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Na data de transição para o PGC-NIRF, os CFM decidiram adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, a qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC-NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para os CFM. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis.

	Taxa Anual %
Construções	2 - 4
Equipamento básico	10 - 25
Outros activos tangíveis	10 - 20

Os CFM efectuam regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. Os CFM procedem à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

#### c) **Activos tangíveis de investimento**

Os CFM classificam como activos tangíveis de investimento os equipamentos e construções detidos com o objecto de obtenção de rendas.

Os activos tangíveis de investimento são valorizados pelo modelo do custo, tal como referido em 2b), sendo-lhes aplicáveis todos os critérios de reconhecimento e mensuração aí referidos, bem como as políticas contabilísticas previstas.

#### c) **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

#### d) **Custo dos empréstimos obtidos**

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível, fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para os CFM e podem ser mensurados com fiabilidade.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

#### e) **Imparidade de itens não monetários**

Os CFM avaliam, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, os CFM estimam a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, os CFM reavaliam se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, os CFM estimam a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

#### f) **Loações**

A determinação de um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para os CFM todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculado conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

#### g) **Activos financeiros**

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

##### Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.



CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção em manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

#### Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo os CFM a intenção de deter os mesmos até à maturidade. .

#### Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço dos CFM na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

Os CFM avaliam, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indique um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

#### **Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento**

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à

excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, os CFM tenham transferido o controlo sobre esses activos.

### **Mensuração subsequente**

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bidprice"). Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

### **Activos financeiros registados ao custo amortizado**

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve

ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

#### **h) Instrumentos de capital**

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

#### **i) Passivos financeiros**

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

#### Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria os restantes passivos financeiros.

### **Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

### **Mensuração subsequente**

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

### **j) Provisões**

Os CFM constituem provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

### **k) Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os CFM registam os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

despesas geradas são registadas nas rubricas de “Outros activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

#### l) **Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas ao resultado na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se os CFM têm uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

#### m) **Reconhecimento do rédito**

O rédito inerente às vendas é reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens vendidos são transferidos para o comprador. O rédito relacionado com a prestação de serviços é reconhecido quando os serviços são prestados.

#### n) **Impostos sobre o rendimento**

##### Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

##### Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

#### **o) Subsídios do Governo**

Os subsídios do governo relativos a activos são apresentados no balanço como rendimento diferido em outros passivos correntes, sendo transferidos rendimentos através de uma base sistemática e racional durante a vida útil do activo.

Os subsídios do governo relativos a rendimentos são apresentados ou como créditos na demonstração dos resultados, ou como deduções ao correspondente gasto.

### **3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos**

Na preparação das demonstrações financeiras dos CFM exigem que a administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC-NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelos CFMs são analisadas como segue:

#### ***Imparidade de contas a receber***

Os CFM reavaliam periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

Adicionalmente à análise de imparidade individual, os CFM efectuam uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

Os CFM consideram que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis bem como respectivos valores residuais  
Os CFM reavaliam continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Case se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

#### Imparidade de activos tangíveis, tangíveis de investimento e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados dos CFM.

#### Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que CFMs são parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto revisão anual.

#### Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelos CFM com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos CFM sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal dos CFM durante um período de 10 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que os CFM se encontram sujeitos, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

#### **4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem re-expressão das quantias comparativas.

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Montantes expressos em milhares de Meticals)

## 5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-2012	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-a-2013
<b>Custo de aquisição</b>				-	
Terrenos	12,273	-	(5,220)	-	7,053
Construções	26,388,314	4,377,245	10,632,584	-	41,398,143
Equipamento básico	11,426,859	4,377,245	1,187,726	-	13,156,299
Outros activos tangíveis	1,144,284	4,377,245	(973,421)	-	174,634
Investimentos em curso	2,249,857	4,016,633	(4,257,743)	-	2,008,747
	<b>41,221,587</b>	<b>8,939,363</b>	<b>6,583,926</b>	-	<b>56,744,876</b>

	31-Dez-2012	Depreciação do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2013
<b>Depreciação acumulada</b>				
Construções	12,707,983	827,791	7,220,619	20,756,393
Equipamento básico	10,843,478	254,340	600,711	11,698,529
Outros activos tangíveis	473,117	7,974	(322,551)	158,540
	<b>24,024,578</b>	<b>1,090,105</b>	<b>7,498,779</b>	<b>32,613,462</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>17,197,009</b>			<b>24,131,414</b>

	01-Jan-2012	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-2012
<b>Custo de aquisição</b>					
Terrenos	12,273	-	-	-	12,273
Construções	18,185,081	8,203,233	-	-	26,388,314
Equipamento básico	11,281,747	145,112	-	-	11,426,859
Outros activos tangíveis	1,129,414	14,870	-	-	1,144,284
Investimentos em curso	2,152,867	1,764,760	-	(1,667,770)	2,249,857
	<b>32,761,382</b>	<b>10,127,975</b>	-	<b>(1,667,770)</b>	<b>41,221,587</b>

	01-Jan-2012	Depreciação do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2012
<b>Depreciação acumulada</b>				
Construções	11,999,666	708,317	-	12,707,983
Equipamento básico	10,633,144	210,334	-	10,843,478
Outros activos tangíveis	467,571	5,546	-	473,117
	<b>23,100,381</b>	<b>924,197</b>	-	<b>24,024,578</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>9,661,001</b>			<b>17,197,009</b>

## 6. Activos tangíveis de investimento

O movimento ocorrido nos activos tangíveis de investimento é analisado como segue:

	31-Dez-2012	Aumentos	Alienações/Abates	31-Dez-2013
<b>Custo de aquisição</b>				
Construções	26,644,741	302,183	(10,634,100)	16,312,824
Equipamento básico	1,236,943	61,230	(210,528)	1,087,645
Outros activos tangíveis	3	-	(3)	-
	<u>27,881,687</u>	<u>363,413</u>	<u>(10,844,631)</u>	<u>17,400,469</u>

	31-Dez-2011	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2012
<b>Custo de aquisição</b>				
Construções	15,000,997	239,751	(7,223,578)	8,017,170
Equipamento básico	1,021,850	38.890	(278,479)	782,261
Outros activos tangíveis	3	-	(3)	-
	<u>16,022,850</u>	<u>278,641</u>	<u>(7,502,060)</u>	<u>8,799,431</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>11,858,837</u>			<u>8,601,038</u>

	01-Jan-2012	Aumentos	Alienações/Abates	31-Dez-2012
<b>Custo de aquisição</b>				
Custo de aquisição	26,610,184	34,557	-	26,644,741
Equipamento básico	1,236,943	-	-	1,236,943
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	<u>27,847,130</u>	<u>34,557</u>	-	<u>27,881,687</u>

	01-Jan-2011	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-2011
<b>Depreciação acumulada</b>				
Construções	14,957,962	43,035	-	15,000,997
Equipamento básico	996,669	25,181	-	1,021,850
Outros activos tangíveis	3	-	-	3
	<u>15,954,634</u>	<u>68,216</u>	-	<u>16,022,850</u>
<b>Valor líquido</b>	<u>11,892,496</u>			<u>11,858,837</u>

Estes activos, detidos com o objecto de obtenção de rendas, dizem respeito aos bens alugados ao DP World Maputo, Transcom, e Mozal e bens no âmbito de concessão com MPDC – Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, Terminal de Cabotagem de Maputo, Cornelder de Moçambique, Corredor de Desenvolvimento do Norte, Sociedade Terminais de Moçambique e outras (ver introdução).

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

## 7. Activos financeiros detidos até a maturidade

A rubrica de activos financeiros detidos até à maturidade apresenta-se como se segue:

Instrumentos financeiros	Taxa de Juro	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Obrigações de Tesouro 2011-2016	21%	56,600	56,600
		<b>56,600</b>	<b>56,600</b>

## 8. Activos financeiros disponíveis para venda

A rubrica de activos financeiros disponíveis para venda apresenta-se como se segue:

	% de participação	Valor de Balanço	
		31-Dez-2013	31-Dez-2012
<b>Subsidiárias</b>	80-100	79,956	79,956
<b>Associadas</b>	20-49	176,379	176,379
<b>Instrumentos financeiros</b>	0-19	97,762	97,762
		<b>354,097</b>	<b>354,097</b>
Imparidade acumulada de activos financeiros disponíveis para venda		(147,602)	(147,602)
		<b>206,495</b>	<b>206,495</b>

Os movimentos ocorridos em imparidade acumulada de activos financeiros disponíveis para venda foram os seguintes:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
<b>A 1 de Janeiro</b>	147,602	88,802
Imparidade	-	58,800
Reversão	-	-
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>147,602</b>	<b>147,602</b>

## 9. Inventários

A rubrica de inventários inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Matérias primas, auxiliares e materiais	422,108	340,258
Produtos ou serviços em curso	-	-
	<b>422,108</b>	<b>340,258</b>
Ajustamentos ao valor realizável líquido	(46,930)	(38,933)
	<b>375,177</b>	<b>301,325</b>

Os movimentos ocorridos em ajustamentos ao valor realizável líquido foram os seguintes:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
<b>A 1 de Janeiro</b>	38,933	34,304
Reforço	8,237	4,709
Utilização	(239)	(80)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>46,930</b>	<b>38,933</b>

## 10. Clientes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Partes relacionadas	965,474	704,762
Outras entidades	1,446,619	1,519,891
<b>TOTAL</b>	<b>2,412,093</b>	<b>2,224,653</b>
Imparidade acumulada em saldos de contas a receber	(922,300)	(912,324)
	<b>1,489,793</b>	<b>1,312,329</b>

Os movimentos ocorridos em imparidade de contas a receber foi o seguinte:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
<b>A 1 de Janeiro</b>	912,324	479,595
Reforço	10,558	435,681
Utilização	(581)	(2,952)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>922,300</b>	<b>912,324</b>

## 11. Outros activos financeiros

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Partes relacionadas	175,599	248,267
Outras entidades	32,067	538,440
	<b>207,666</b>	<b>786,707</b>

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Montantes expressos em milhares de Meticais)

## 12. Outros activos correntes

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	31-Dez-13	31-Dez-2012
Estado		
IRPC	479,600	294,443
IVA a recuperar	666,005	150,266
IVA - Reembolsos pedidos	21,248	225,844
	<u>1,166,853</u>	<u>670,553</u>
Acréscimos de rendimentos e gastos diferidos	183,428	153,060
	<u><b>1,350,281</b></u>	<u><b>823,613</b></u>

## 13. Caixa e bancos

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Caixa	225	9,522
Depósitos à ordem	1,828,173	2,307,275
Depósitos à prazo	2,429,634	3,001,579
	<u><b>4,258,032</b></u>	<u><b>5,318,376</b></u>

## 14. Capital próprio

O capital estatutário dos CFM ascende a 1.242.981 milhares de Meticais, integralmente subscrito e realizado pelo estado Moçambicano.

De acordo com a lei vigente a Empresa deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artº 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

O resultado líquido de 2012 foi aplicado da seguinte forma

### Aplicação do resultado do exercício 2012

Reserva Legal	69,390
Fundo social dos trabalhadores	-
Reserva para investimentos	971,462
Dividendos distribuídos	346,951
	<u><b>1,387,803</b></u>

## 15. Provisões

	31-Dez-13	31-Dez-2012
Provisões para litígios judiciais	<u>34,540</u>	<u>26,447</u>

	31-Dez-13	31-Dez-2012
<b>A 1 de Janeiro</b>	26,447	26,447
Reforço	8,093	-
Utilização Utilização	-	-
	<u>34,540</u>	<u>26,447</u>

## 16. Empréstimos obtidos

Esta rubrica compreende os seguintes empréstimos:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
<b>Não correntes</b>		
Empréstimos	1,791,179	1,090,243
Financiamentos do Estado	2,577,215	2,486,024
	<u>4,368,395</u>	<u>3,576,267</u>

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Montantes expressos em milhares de Meticals)

Os empréstimos obtidos são analisados como se segue:

	Taxa de juro	Moeda	Moeda	31-Dez-2013	31-Dez-2012
<b>Não correntes</b>					
<i>Empréstimos</i>					
STB Financiamento p/ rehabil. Emerg. Linha de Sena (i)		USD		1,791,179	1,090,243
				<b>1,791,179</b>	<b>1,090,243</b>
<i>Financiamentos do Estado</i>					
Ministério das Finanças (ii)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	531,803	512,986
Porto de Quelimane (iii)	-	EUR	07/04/2050	268,781	259,271
Banco Mundial - RPRP (ii)	2,00% p.a.	USD	24/01/2040	1,586,725	1,530,581
Reabilitação da Linha de Sena (iv)	0,75% p.a.	USD	30/06/2030	128,466	123,920
Electrificação do Porto da Matola (v)	5,5% p.a.	EUR	20/07/2034	61,440	59,266
				<b>2,577,215</b>	<b>2,486,024</b>
<i>Correntes</i>					
Outros	-	MTN		-	3,952
				<b>-</b>	<b>3,952</b>
				<b>4,368,395</b>	<b>3,580,219</b>

**(i) Standard Bank**

O saldo correspondente ao desembolso do empréstimo obtido em Abril de 2012 junto do Standard Bank, para reabilitação de emergência da Linha de Sena, no montante de 120.000.000,00 USD, vence juros à taxa LIBOR 3 meses spread de 5,5%. O valor do desembolso, até a data do balanço, ascende à 60.000.000,00 USD. O pagamento de juros iniciou em finais de 2012.

**(ii) Banco Mundial e Ministério das Finanças**

Os saldos correspondentes ao financiamento pelo Banco Mundial e Ministério das Finanças em Janeiro de 2000 para a racionalização da força de trabalho no âmbito do Projecto RPRP ("Railways Project Restructuration of Port") no montante de 49.182.403 USD, a liquidar em 30 anos, com 10 anos de período de graça capital e juros e posteriormente e vence juros a taxa de 2% ao ano.

**(iii) Porto de Quelimane**

O montante na rubrica de Porto de Quelimane representa desembolsos para a reabilitação do Porto de Quelimane no montante de 14.112.000 EUR. O empréstimo foi concedido pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction Credit Institute) via Governo de Moçambique em Abril de 2007.

#### (iv) Reabilitação da Linha de Sena

O montante nesta rubrica representa financiamento pelo Banco Mundial via Governo de Moçambique em 2005, pela reabilitação da Linha de Sena no montante de 5.500.000 USD.

#### (v) Electrificação do Porto da Matola

O montante nesta rubrica representa um financiamento pela instituição Alemã KfW – Kreditanstalt für Wiederaufbau (Reconstruction Credit Institute) via Governo de Moçambique em 2005, pela electrificação do Porto da Matola no montante de 1.533.876 EUR. O objectivo deste projecto é para garantir a distribuição de energia no Porto da Matola e por via de desenvolvimento do Porto, salvaguardar empregos e contribuir para geração de proveitos domésticos dos serviços de importação e exportação.

### 17. Fornecedores

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Fornecedores	<u>209,235</u>	<u>146,044</u>

### 18. Outros passivos financeiros

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Não correntes	6,018,255	6,019,285
Correntes	<u>1,006,632</u>	<u>384,844</u>
	<b><u>7,024,887</u></b>	<b><u>6,404,129</u></b>

### 19. Outros passivos correntes

Esta rubrica inclui os seguintes saldos:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Estado	809,719	645,455
Imposto sobre o rendimento	34,771	29,170
Retenção na fonte	5,122	2,747
Contribuições para INSS	<u>1,253,277</u>	<u>1,465,500</u>
Outros	<b><u>2,102,889</u></b>	<b><u>2,142,872</u></b>

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Montantes expressos em milhares de Meticals)

## 20. Vendas de bens e prestações de serviços

As vendas de bens e serviços decompõem-se como se segue:

	2013	2012
Estadias	119,073	101,180
Cabotagem	12,184	284,923
Exportações	172,047	151,428
Importações	179,858	179,302
Pilotagem	36,168	30,413
Rebocadores	117,521	67,892
Rendas e alugueres	29,792	470,709
Transporte e manuseamento de mercadorias	5,235,660	3,208,837
Outros serviços prestados	-	766,975
	<b>5,902,304</b>	<b>5,261,659</b>

## 21. Custo dos inventários

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2013		
	Mercadorias	Matérias primas, auxiliares e materiais	Total
Existências iniciais	-	(340,258)	(340,258)
Compras	-	925,014	925,014
Regularizações	-	2,009	2,009
Existências finais	-	(422,108)	(422,108)
<b>Custo do exercício</b>	<b>-</b>	<b>164,657</b>	<b>164,657</b>

	2012		
	Mercadorias	Matérias primas, auxiliares e materiais	Total
Existências iniciais	-	(296,123)	(296,123)
Compras	-	761,543	761,543
Regularizações	-	-	-
Existências finais	-	(340,258)	(340,258)
<b>Custo do exercício</b>	<b>-</b>	<b>125,162</b>	<b>125,162</b>

## 22. Investimentos para a própria empresa

A rubrica de investimentos para a própria empresa refere-se ao valor da Produção de Travessas para a reconstrução da Linha Férrea de Ressano Garcia.

### 23. Rendimentos suplementares

Os rendimentos suplementares incluem:

	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Rendas fixas	667,149	323,891
Rendas variáveis	1,157,535	677,644
Outros rendimentos	272,002	253,749
	<b>2,096,686</b>	<b>1,255,284</b>

### 24. Gastos com pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2013	2012
Remunerações da administração	45,410	41,491
Remunerações de outros colaboradores	1,738,941	1,368,247
Encargos com as remunerações	23,548	14,870
Ajudas de custo	30,367	28,073
Indemnizações	1,901	5,113
Seguros de acidentes de trabalho e doença	32	28
Custos de acção social	64,564	44,266
Outros custos com pessoal	217,981	147,966
	<b>2,122,744</b>	<b>1,650,054</b>

### 25. Fornecimentos e serviços de terceiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2013	2012
Água e electricidade	54,097	55,116
Combustíveis e lubrificantes	443,804	469,464
Materiais de manutenção e reparação	145,697	120,386
Material de escritório	54,538	44,906
Serviços de dragagem	442,929	133,075
Manutenção e reparação	260,509	473,107
Comunicações	43,098	44,986
Rendas e alugueres	297,616	273,378
Vigilância e segurança	187,619	147,299
Estiva - Terminal de alumínio	177,617	157,195
Intercâmbio de material circulante	98,373	128,301
Outros fornecimentos e serviços	274,428	246,196
	<b>2,480,325</b>	<b>2,293,409</b>

CFM – PORTOS E CAMINHOS DE FERRO DE MOÇAMBIQUE, E.P.  
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Montantes expressos em milhares de Meticals)

## 26. Outros ganhos e (perdas) operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais apresentam-se como se segue:

	2013	2012
Impostos e taxas	(269,049)	(21,995)
Quotizações	(4,524)	(1,044)
Programas de responsabilidade social	(79,869)	(62,103)
Clube de actividades desportivas	(202,366)	(119,547)
Outras actividades	(17,558)	(55,394)
<b>Outros gastos e perdas operacionais</b>	<b>(573,366)</b>	<b>(260,083)</b>
Subsídios para investimentos	198,015	189,210
Outros	141,861	109,857
<b>Outros rendimentos e ganhos operacionais</b>	<b>339,876</b>	<b>299,067</b>
	<b>(233,490)</b>	<b>38,984</b>

## 27. Rendimentos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2013	2012
Juros obtidos	233,781	249,940
Rendimentos de partes sociais	244,966	174,936
Rendimentos de activos tangíveis de investimentos	243,504	218,688
Diferenças de câmbio favoráveis	267,539	475,050
Outros rendimentos e ganhos financeiros	9,582	8,967
	<b>999,372</b>	<b>1,127,581</b>

Os rendimentos de partes sociais dizem respeito a dividendos obtidos.

## 28. Gastos financeiros

Esta rubrica analisa-se como segue:

	2013	2012
Juros suportados	80,469	26,199
Diferenças de câmbio desfavoráveis	299,204	302,134
Outros gastos e perdas financeiras	14,526	17,979
	<b>394,199</b>	<b>346,312</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>605,173</b>	<b>781,269</b>

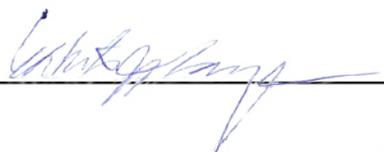
## 29. Impostos sobre o rendimento

	2013	2012
Imposto corrente	(799,433)	(645,455)
Imposto diferido	(10,285)	120,253
	<b><u>(809,718)</u></b>	<b><u>(525,202)</u></b>

O movimento nos impostos diferidos foi o seguinte:

	31-Dez-2012	Demonstração de resultados		31-Dez-2013
		Gasto	Rendimento	
<b>Activos por impostos diferidos</b>				
Activos intangíveis	1,981	(1,981)	1,144	1,144
Depreciações dos activos tangíveis	-	-	-	-
Diferença de câmbio não realizada desfavorável	84,336	(84,336)	86,615	86,615
	<u>86,317</u>	<u>(86,317)</u>	<u>87,759</u>	<u>87,759</u>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>				
Depreciações dos activos tangíveis	(0)	-	-	(0)
Anulação de provisão para devedores duvidosos	-	-	-	-
Diferença de câmbio não realizada favorável	(20,651)	(32,379)	20,651	(32,379)
	<u>(20,652)</u>	<u>(32,379)</u>	<u>20,651</u>	<u>(32,379)</u>
	<u>65,665</u>	<u>(118,696)</u>	108,410	<u>55,380</u>
		<u>(10,285)</u>		

O Técnico de Contas



A Administração

